INTRODUÇÃO DE GEORG LUKÁCS NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

INTRODUCTION OF GEORG LUKACS ON BRAZILIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT

INTRODUCCION DE GEORG LUKACS EN EL PENSAMIENTO GEOGRAFICO BRASILEÑO

BERNARD TEIXEIRA COUTINHO

Graduação em geografia (Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP-UERJ). Professor de geografia da educação básica no Rio de Janeiro. E-mail: plumuarte@hotmail.com

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: No presente artigo, trataremos da recepção do pensamento do filósofo marxista húngaro Georg Lukács (1885-1971) na geografia brasileira, em fins de 1970, período em que esta se abria a transformações significativas, movidas por rupturas e continuidades, nos campos teórico, epistemológico, ontológico, ontoepistemológico, metodológico e ideológico. Visando a sustentar tal pretensão, faremos uma discussão preservada em dois momentos: no primeiro, contextualizaremos a recepção de Lukács no Brasil, demarcando alguns percursos que contribuíram ou não para sua permanência nos debates políticos e culturais animados por militantes comunistas da época, e, no segundo, dialogaremos com os geógrafos que se inseriram no pensamento marxista na interlocução com intelectuais de outros campos disciplinares. Referências serão feitas especificamente a dois destes intelectuais: Armando Corrêa da Silva e Antonio Carlos Robert Moraes.

Palavras-chaves: Georg Lukács, renascimento do marxismo, ontologia marxista, ontologia do espaço, ontologia do ser social.

Abstract: In this present paper, we shall deal with the reception of the Hungarian Marxist philosopher Georg Lukács Bath's thought (1885-1971) in Brazilian Geography, at the end of 1970, the period in which it opened up to significant transformations, moved by disruptions and continuities, in the theoretical fields, epistemological, ontological, onto-epistemological, methodological and ideological. Aiming to sustain such claim, we will make a discussion preserved in two moments: in the first, we contextualize the reception of Lukács bath in Brazil, demarcating some trajectories that have contributed or not for his permanence in political and cultural debates animated by communist militants of that time, in the second, we will dialogue with geographers that have been inserted by marxist thought in interlocution with intellectuals of other disciplinary fields. References shall be made specifically to two of them: Armando Corrêa da Silva and Antonio Carlos Robert Moraes.

Keywords: Georg Lukács, marxist renaissance, marxist ontology, ontology of space, ontology of social being.

Resumen: En este artículo, nos referiremos a la recepción del pensamiento del filósofo marxista húngaro Georg Lukács (1885-1971) en la geografía brasileña, a finales de 1970, en el período que se abrió a cambios significativos, impulsionados por rupturas y continuidades, en los campos teóricos, epistemológico, ontológico, ontoepistemológico, metodológico y ideológico. Con el objetivo de apoyar tal afirmación, vamos a discutir en dos etapas: en la primera, vamos a contextualizar la recepción de Lukács en Brasil, marcando algunos trayectos que han contribuido o no a su permanencia en los debates políticos y culturales estimulados por los militantes comunistas de la época, y, en la segunda, vamos a dialogar con los geógrafos que se insertaron en el pensamiento marxista em diálogo con intelectuales de otros campos disciplinares. Se hará referencia específicamente a dos de ellos: Armando Corrêa da Silva y Antonio Carlos Robert Moraes.

Palabras-clave: Georg Lukács, renascimiento del marxismo, ontología marxista, ontología del espacio, ontología del ser social.

INTRODUÇÃO

A cultura política do nosso tempo tem atravessado um estado de paralisia. As nossas convicções estão perdendo as suas demarcações concretas e a nossa vida cotidiana tem sido, cada vez mais, seduzida pelas fábulas das tendências pós-modernas. Ao nos inserirmos nos "novos" campos de representação, abandonamos a nós mesmos para servirmos ao individualismo, ao movimento de (des)humanização do humanismo, indo de encontro à nossa parca relação com as relações. Perdemos o metabolismo fundacional com o outro diverso/desigual, com o nosso bairro, nossa cidade, nossa ideologia, nossa luta política. E conosco desaparecem as ontologias. Este é um quadro que nos permite identificar a reprodução de impasses próprios da contemporaneidade, da concretude do movimento histórico-social e de nosso enquadramento ético-político diante da realidade.

Há que ser reiterado como contrafluxo, e dentro da divisão intelectual do trabalho, o nosso labor direcionado ao descortino das contradições. Mas não se trata de uma tarefa simples. As contradições já não se revelam como antes, bem como a exploração e a barbárie. Tendemos a aceitar, sem nenhum tipo de rigor analítico, o mundo metafísico das coisas impostas, inventadas a-historicamente. Apesar das dificuldades produzidas socialmente, devemos, diante de nossa responsabilidade social, fazer um retorno às questões centrais que costuram a nossa sociedade. O artigo que se segue tem este propósito.

A ontologia é um dos temas que surgem dessas questões fundamentais, mas, ao ser abordada, ela já traz para a reflexão um sem-número de preconceitos. Tal postura aprendemos ainda com Aristóteles, que sobre este tema sentenciou: "o ser se diz de muitos modos, mas nenhum modo diz o ser. A palavra ser tem muitas significações" (Met. Z, 2; 1003 a 33 *apud* BUZZI, 1979, p. 24). Eis um tema ao qual a geografia, ao importá-lo da filosofia, não dedicou o necessário respaldo nos campos do método e da

teoria. E apresentou enorme resistência acusando-a de metafísica, bem como fizeram alguns filósofos e cientistas sociais de grande prestígio.

Tal apatia pela ontologia, no entanto, já não provém da indefinição de um ser universal e absoluto que Aristóteles havia denunciado, mas de nosso distanciamento dos fundamentos dos problemas produzidos por aquilo que nos chega como herança direta da modernidade: o capitalismo e a sua descomunal capacidade de criar valores destrutivos. Por esta razão, ainda não rompemos com os paradigmas da modernidade. Jamais fomos tão modernos! Mesmo com inúmeras recusas e distorções, a ontologia deixou de ser produto de uma antimaterialidade para se tornar o seu oposto. A Marx devemos delegar este pioneirismo.

O que se pretende abordar, nas páginas que se seguem, não é propriamente a ontologia marxiana ou a presença/ausência deste tema nos debates estimulados por geógrafos. Não é nosso interesse, ainda, fazer uma digressão do pensamento geográfico brasileiro por si só, apenas para identificar autores, temas, impasses. Tudo isso, porém, está presente em nosso artigo. O que se pretende, na verdade, é estudar a repercussão provocada pela entrada da ontologia na geografia brasileira, nos anos finais da década de 1970, especificamente a partir do renascimento do marxismo proposto pelo pensador de Budapeste Georg Lukács (1885-1971). Trata-se de um pensador que, junto a Marx, retirou a ontologia do terreno nebuloso, conduzindo-a para o campo do materialismo histórico-dialético e a ela atribuindo uma centralidade na compreensão da realidade e do ser social.

Visando a sustentar tal pretensão, faremos uma discussão preservada em dois momentos: no primeiro, contextualizaremos a recepção de Lukács no Brasil, demarcando alguns percursos que contribuíram ou não para sua permanência nos debates políticos e culturais animados por militantes comunistas da época, e, no segundo, dialogaremos com os geógrafos que se inseriram no pensamento marxista na interlocução com intelectuais de outros

campos disciplinares. Referências serão feitas especificamente a dois deles: Armando Corrêa da Silva e Antonio Carlos Robert Moraes.

As esquerdas brasileiras e as aproximações com Lukács

Em entrevista concedida a Leandro Konder, em 25 de agosto de 1969, Lukács declarou:

> Devemos desenvolver uma ontologia marxista capaz de determinar mais concretamente a unidade do materialismo histórico e do materialismo dialético. A base de uma concepção que seja historicista sem cair no relativismo e que seja sistemática sem ser infiel à história. Enquanto não nos desincumbirmos dessa tarefa, os marxistas estarão deficientemente preparados para enfrentar as tendências irracionalistas de tipo marcusiano, por exemplo, ou as posições racionalistas formais difundidas pelos neopositivistas e especialmente pelos estruturalistas. Aliás, o irracionalismo e o racionalismo formal podem ser rapidamente combinados, conforme as necessidades do combate movido pela ideologia burguesa contra a razão dialética (LUKÁCS, 1969: 5).

Não é incorreto afirmar que a *ontologia marxista* – termo criado pelo próprio pensador húngaro – tenha se apresentado como projeto ou instrumento de combate não somente na batalha das ideias, mas também nas orientações práticas da militância política. Desde 1956, ano em que foi realizado o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), o marxismo vinha sendo atingido pelo movimento de contestação à ortodoxia de Stálin. O evento se configurou como centro da crítica oficial ao stalinismo. Os anos seguintes comporiam o processo histórico da desestalinização, que, em poucas palavras, significou o marco inicial da tentativa de irromper com a "cultura de manual" advinda da stalinização e procedida pela Terceira Internacional (PAULO NETTO, 2012). A partir de então, o marxismo-leninismo deixou de operar teórico-ideologicamente como antes, nos partidos comunistas. Lukács, à época, dirigia o Círculo Petofi (ao lado de Tibor Déry e Julius Hay), "o mais ativo fórum público entre os

criados em 1956 para articular as reivindicações de erradicação do stalinismo no país, um processo que culminou alguns meses depois com o levante de Outubro" (MÉSZÁROS, 2011, p. 348). Tendo sido criado pelos membros da Liga dos Jovens Trabalhadores, este espaço de resistência política, na Hungria, fortaleceu a base das críticas de Lukács divulgadas em suas conferências preparadas para os encontros do Círculo Petofi. Foi neste momento que Lukács passou a assumir a centralidade no movimento comunista e, inclusive, a aparecer nos debates das esquerdas brasileiras.

Graças ao ensaio de Bela Fogarasi, publicado na revista *Problemas da paz e do socialismo*, e, igualmente, à revista *Estudos Sociais*, os jovens intelectuais, militantes comunistas, em 1959, tiveram contato com o filósofo. A partir de 1960, então, a sua obra começou a ser amplamente requerida e estudada, contribuindo tanto para o campo dos estudos literários quanto para a questão político-partidária, em comunhão com os rumos da classe operária no Brasil. Mas foi somente a partir do golpe civil-militar de 1964 que a sua obra desdobrou-se em níveis mais contundentes. Além da contribuição do historiador Nelson Werneck Sodré, em 1960, com sua *História da literatura brasileira*, e do estudioso marxista Michael Löwy, com o seu ensaio "Consciência de classe e partido revolucionário", publicado na *Revista Brasiliense*, em 1962, somaram-se os esforços de jovens intelectuais, a maioria acompanhando o movimento de renovação política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tais como: Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, José Carlos Bruni, José Paulo Netto, Gilvan Procópio Ribeiro e Luiz Sérgio Henriques (FREDERICO, 1995).

A obra de Lukács, nesse sentido, teve diferentes entradas, marcadas por uma diversidade bastante característica. Elas partiram dos significados do pensamento lukacsiano, e, mais do que isto, foram conduzidas pela renovação do marxismo, apresentando-se como respaldo teórico-crítico na luta contra o irrealismo de corte existencialista, da década de 1950 e início de

1960, e contra o racionalismo formal, desdobrado no neopositivismo e no estruturalismo, no decurso dos anos 1970. Além disso, servia "para se reestudar criticamente a literatura e servia, finalmente, em escala menor, para se pensarem temas da realidade brasileira" (FREDERICO, 1995, p. 190).

Acerca dos meios de difusão do pensamento lukacsiano, o professor Celso Frederico afirmou que a divulgação de seu pensamento foi realizada de distintas maneiras. Além de suas obras terem sido traduzidas, revistas que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela considerável participação de lukacsianos e livros de orientação lukacsiana foram publicados "quase sempre por editoras próximas ao PCB" (FREDERICO, 1995, p. 190).

Após esse período de ampliação e renovação do marxismo, porém, a intelectualidade, em conflito com a verticalizada e opressora política da ditadura, desviou suas preocupações teóricas e político-revolucionárias às militâncias cultural, estética e literária. Daí, Frederico sinalizar que

> mudando as circunstâncias, a velha e a nova intelectualidades de extração lukacsiana redefiniram a sua militância. E, como costuma acontecer nesses momentos decisórios, os destinos biográficos foram os mais diferentes. Para muitos, curiosamente, a crise do regime militar e a reativação da política institucional implicou o abandono do leninismo e, por extensão, de Lukács e da tradição política e cultural que ele encarnava (FREDERICO, 1995: 204).

A década de 1980, que, já em seu início, conheceu o processo de redemocratização, foi marcada pela troca de agenda de estudo teórico dessa mesma intelectualidade, promovendo um relativo e considerável abandono do debate político e ontológico. Isso porque, no momento em que a militância cultural ocupou os trabalhos e as preocupações dos membros do PCB, redefiniu critérios de análise e se constituiu como uma base sólida de luta. A política e a ontologia na obra de Lukács, agora passíveis de serem exploradas, foram, paulatinamente, perdendo centralidade no marxismo brasileiro.

> Ainda que os aspectos ontológico e político não fossem de todo esquecidos, foi sob o viés cultural que sua obra foi mais conhecida. Quando, pois, a problemática política – com o início da redemocratização – pode ser mais diretamente abordada, a teoria do pensador húngaro foi posta em segundo plano e substituída pelo pensamento gramsciano (TONET, 2002: 145-146).

Ivo Tonet, não refutando a tese de Celso Frederico, apresentou, porém, outra perspectiva sobre o relativo abandono da obra de Lukács pelos intelectuais comunistas, no Brasil, deslocando-se para uma outra escala de análise. Para se compreender a difusão e o abandono da obra lukacsiana, é preciso, antes, olhar a história da propagação do marxismo pelo mundo. É preciso, ainda, esquivar-se da luta hegemônica dentro do campo de interpretação do pensamento marxiano. O Lukács maduro de *Ontologia do ser social* captou a radicalidade crítica de Marx, retrabalhando os seus fundamentos para endossar a sua luta a favor de um renascimento marxista. Tal tarefa pretendera, entre outras coisas, retirar o marxismo da zona idealista hegeliana para fincar bases seguras no olhar histórico-concreto do ser social. No entanto, esta leitura, no interior do marxismo hegemônico, não foi devidamente compreendida ou, simplesmente, foi rejeitada e tida como uma feição vulgar da metafísica.

> O marxismo hegemônico – adotado por todos os partidos comunistas – assumiu um caráter francamente objetivista e/ou idealista, transformando, desse modo, a proposta original, de cunho essencialmente crítico – no sentido ontológico – em uma teoria incapaz de agarrar o movimento do processo social como totalidade histórica. O resultado disso foi um misto de empirismo e idealismo, que serviu para justificar uma certa ordem social identificada, por determinadas instâncias políticas, como o socialismo proposto por Marx (TONET, 2002: 147-148).

Tonet (2002) ainda constatou que, embora desconhecida e apresentando lacunas, a obra de Lukács aproximava-se da crítica ontológica de Marx, superando as outras linhas que também buscavam ir aos originais de Marx para se dedicarem a tal tarefa. Comungamos com este autor a ideia de que nenhuma outra crítica

se pôs no debate marxista como crítica genuinamente ontológica. Antes o contrário. Elas permaneceram na penumbra extensa da antiontologia (caso, por exemplo, do marxismo ocidental). Este autor atribuiu a este débito teórico-crítico o fracasso das tentativas de renovação do marxismo empreendido por Lukács. Parece-nos que tal constatação precisa, ainda, aguardar pelos resultados práticos tanto das divulgações do pensamento lukacsiano quanto das publicações de obras inspiradas neste filósofo húngaro, mesmo porque a intensificação de suas influências, no Brasil, alçou voos mais altos, dos anos 1990 ao início deste século, ainda que em campos muito restritos (PAULO NETTO, 2012).

Pela razão de Lukács nunca ter tido uma presença marcante nas universidades brasileiras, a entrada de seu pensamento, nos meios acadêmicos – como força fundacional ao processo de oxigenação do marxismo –, teve de ser prorrogada, e, até o tempo presente, não aconteceu. Os ínfimos espaços reservados a este pensador húngaro vieram basicamente da filosofia, da sociologia e da literatura (FREDERICO, 2002). E, embora ele estivesse sendo aparentemente carregado por uma renovação em campos disciplinares diversos – como no caso pioneiro da geografia uspiana e também do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, não conseguiu importar a sua relevância na luta político-cultural experimentada nos meios não acadêmicos. Conseguiu, no máximo, se enturmar em debates acadêmicos, a partir do limitado uso de alguns conceitos e temas deste autor feito por estudiosos. E essa presença residual de Lukács, nas universidades brasileiras, acompanhou a histórica relação conservadora entre os campos acadêmicos e o marxismo. Isto, aliás, explica parcialmente o fracasso do renascimento do marxismo nas universidades brasileiras.

A geografia brasileira, nos anos 1950, começava a experimentar as consequências históricas da luta contra a chamada geografia aplicada – e também contra a geografia de raiz

vidaliana, com presença forte até os anos de 1930 –, incentivada por denúncias originadas de estudos de geógrafos franceses da geografia ativa. Segundo Ruy Moreira, este foi o momento em que, pela primeira vez, a geografia se encontrou com o marxismo. Tal encontro, porém, "centrou-se essencialmente no terreno da teoria do conhecimento" (MOREIRA, 2004, p. 21). O segundo encontro ocorreu na década de 1970, graças aos trabalhos da geografia radical publicados na revista *Antípoda*, e, finalmente, aos publicados no Brasil que fizeram parte do movimento de renovação da ciência geográfica. Este último encontro, diferente do primeiro, trouxe à geografia o "misterioso" campo da ontologia.

O tema da ontologia, diga-se de passagem, nunca foi propriamente uma novidade dentro das discussões geográficas. Os geógrafos clássicos já haviam ensaiado possíveis leituras geográficas que fossem, ainda que marginalmente, ontológicas. A geografia clássica francesa (indo até Pierre George), a geografia ratzeliana e a obra de Élisée Reclus são, entre outras, testemunhas de nossa afirmativa. Entretanto, a bem da verdade, embora a tríade categorial natureza-trabalho-homem tenha marcado os encontros (e desencontros) entre marxismo e geografia de maneira contundente (MOREIRA, 2004), a saída ontológica sob a influência do pensamento lukacsiano só começou a ser introduzida entre as décadas de 1970 e 1980.

Quando a renovação conhece a ontologia: as primeiras entradas e saídas do pensamento lukacsiano na geografia brasileira

Durante a década de 1970, apesar da hegemonia do estruturalismo althusseriano nas ciências sociais (fortalecido, na América Latina, graças aos manuais da chilena Marta Harnecker), algumas poucas tentativas de requalificar o discurso marxista foram empreendidas. O único projeto visivelmente consistente foi o realizado pelo filósofo José Chasin, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (atual Fundação Escola de

Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP). Até 1976, ano de sua demissão, Chasin lotava a pequena sala onde lecionava metodologia e filosofia social (no primeiro e quarto anos, respectivamente), "disciplinas que introduziam a *Ontologia do ser social* de Lukács, as posições ontológicas de Marx" (RAGO FILHO, A.; VAISMAN, E., 2008, p. 250). O público heterogêneo, formado por estudantes de diferentes cursos, testemunhava, a cada aula, o surgimento e o fortalecimento de um reencontro com Marx e um encontro com Lukács.

Décadas atrás, em 1958, professores e estudantes da Universidade de São Paulo já haviam ensaiado um retorno ao pensamento marxiano, mas de maneira radicalmente diferente à de Chasin. No interior das reuniões privadas que ficaram conhecidas como "seminário Marx" ou "grupo do Capital", os professores José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Antonio Novais, juntos a Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso, Francisco Weffort, Roberto Schwarz, Ruy Fausto e Bento Prado Jr., elaboraram uma linha de discussões, de corte epistemológico, sobre *O capital*. Mais do que isso, retiraram-se da "atividade revolucionária" e se voltaram à crítica do dogmatismo próprio do marxismo vulgar entranhado na estrutura político-partidária do PCB daqueles anos, como já tivemos a oportunidade de registrar.

O mais importante disso tudo foi que Giannotti, entre temas, perspectivas e intelectuais de distintas matrizes, surgiu, nesse movimento, como facilitador de uma nova ontologia. Dito de outro modo, esse filósofo brasileiro, também coordenador do seleto grupo, criou uma ontologia regional voltada ao trabalho, e acabou "por desembocar na versão corriqueira, segundo a qual Marx, distante de seu materialismo, estaria contaminado de utopismo e misticismo lógico" (RAGO FILHO, 2013, p. 1). Tal posição criou, por outro lado, a sintomática recusa da ontologia do ser social em Marx. Chasin, anos depois, foi quem introduziu essa mesma ontologia, nos meios acadêmicos. Esta introdução nas

universidades, porém, semelhante ao que ocorrera entre os militantes do PCB, se deu de forma debilitada e "sonolenta".

Possivelmente, parte dessa pendência na elaboração de uma renovação do marxismo se deveu aos rumos plurais tomados por geógrafos desde 1968, quando grande parcela destes se viu influenciada por um marxismo "de fora", isto é, por uma geografia de esquerda que novos temas trazia à tona, na França. Os estudantes e professores que participaram da renovação "crítica", na década de 1970, certamente enfrentaram as consequências do relativo abandono de Lukács entre os militantes comunistas que se encontravam, em sua maioria, fora da universidade. Isto explica, em parte, a influência que Althusser, tardiamente, teve nos debates que começavam a emoldurar a geografia "crítica", e explica, também, mesmo com a presença de Althusser, o relativo sucesso de Gramsci em detrimento de Lukács.

A geografia brasileira colaborou não só para a demora no esfacelamento do "cientificismo marxista" vindo de Althusser, como, em outros momentos, manteve-se ao lado de um marxismo tradicional, dogmático. A história recente do pensamento geográfico nos aponta que, em meados de 1970, geógrafos brasileiros recepcionavam, além do próprio Marx e do já comentado Althusser, tanto Mao quanto Gramsci, passando por Lefebvre e indo a outros, como Lênin, Engels, Kosik, Balibar, Kautsky, Mandel, Lucien Goldmann, Emilio Sereni e Adolfo Sanchez Vásquez. Toda a natureza pluralista da renovação se concentrou também neste fato. E, ademais, indica que, além de a renovação não ter sido puramente marxista (sendo ela apenas uma vertente, ainda que hegemônica), conforme recordou Ruy Moreira (2010), ela transportou à geografia brasileira parte significativa das tensões entre "marxismos" diferentes e até hostis. O pensamento lukacsiano na geografia sofre com essas tensões, embora tenha sido introduzida de maneira curiosa.

O projeto de introdução de Lukács no debate brasileiro, impulsionado por Chasin, acima comentado, teria chamado a

atenção de um dos geógrafos brasileiros mais importantes e atuantes na renovação: Armando Corrêa da Silva, então professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Não temos condições de afirmar que, por intermédio das aulas de Chasin, o professor Armando teria iniciado um estudo ontológico na geografia. Mas, sem dúvida, Chasin foi, senão o único, o mais importante para tal tarefa. O próprio professor Armando, num texto de 1975, originalmente publicado na *Revista Geográfica* e, depois, republicado em *O espaço fora do lugar*, de 1988, relatou o encontro com o seu colega Chasin: "Conversando com um professor de Filosofia, indagou-se dele sobre a possibilidade de uma ontologia do espaço geográfico. Respondeu que era possível e que seria um trabalho de interesse científico e cultural" (1988b, p. 9). Poder-se-ia dizer, daí, que Chasin teria sido bem mais importante no processo de recepção de Lukács e nos estudos ontológicos de Armando do que o foram Ruy Fausto e Arthur Giannotti.

A Geografia Teórica de Armando Corrêa da Silva: uma autoavaliação crítica de impostação ontológica

A adesão de Armando Corrêa da Silva ao movimento de renovação da geografia brasileira foi manifesta nas primeiras páginas do seu livro intitulado *O espaço fora do lugar* (1988), em que este autor, ao perceber uma profunda transformação no campo epistemológico e uma embrionária discussão metodológica (que, para ele, só era provocada quando havia uma mudança efetiva do objeto de estudo da ciência), pôs a seguinte questão: "o que aconteceu com o espaço do geógrafo?" (SILVA, 1988, p. 2). O reencontro do espaço geográfico parecia ser, para o professor Armando, a tarefa mais ou tão importante quanto a busca por sua natureza, esforço feito já em "O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica", publicado em 1982, na coletânea *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*, organizada por Ruy Moreira. Foi a partir dessa questão que Silva iniciou o seu projeto de construir uma Geografia Teórica. No trabalho em questão, este

autor sistematizou as estruturas internas do debate e apresentou metodologicamente os componentes teóricos que embasavam a sua argumentação ontoepistemológica. Foi neste trabalho que Armando claramente expôs a sua geografia ainda em elaboração, "destinada à discussão do problema do espaço como ser" (SILVA, 1982a, p. 1).

A renovação da ciência geográfica reafirmou uma necessidade que toda ciência moderna possui: aquela que diz respeito ao delineamento de seu estatuto epistemológico e, portanto, à validade de sua própria existência. Para Armando, no entanto, a busca por uma efetiva renovação reforçou o seu caráter descritivo ou empírico.

Com a publicação do livro *Justiça social e a cidade*, Harvey se propôs a investigar o espaço pela via das relações. Pelo uso das categorias da economia política e por intermédio do olhar dado à dinâmica dialética entre as formas espaciais e os processos sociais, Harvey fez uma leitura do espaço relativo de Leibniz (1974) e introduziu, na geografia, uma discussão relacional que superou a dicotomia absoluto-relativo, abarcando a sociedade e o espaço numa copertinência. A transição de que se tratou disse respeito às mudanças ideológicas ocorridas no interior da geografia, no último quartel do século XX, quando se pensou a superação da dicotomia empirismo-racionalismo, retirando o objeto de estudo da geografia do enclausuramento do fenômeno imediato, ôntico e fático sustentado pelo positivismo lógico, objetivando o levantamento de proposições angariadas pela dialética social e pela visão heurística, mediata. Harvey enquadrou-se na crítica ao empiricismo da geografia descritiva pelo caminho materialista, embora tenha caído, conforme expôs Armando (1986b), num racionalismo. O caráter descritivo ou empírico da geografia, assim, foi reafirmado.

Ao mesmo tempo em que a geografia "crítica" procurava anunciar um fim às últimas manifestações do positivismo lógico, buscando dar conta do objeto do campo disciplinar e de sua

historicidade, privilegiava a definição de espaço. O atributo relacional do espaço era o outro relativo, não aos moldes de Newton, mas sob as estruturas das mônadas de Leibniz (HARVEY, 1973). O espaço como um substrato físico e pressuposto a toda manifestação fenomênica, o espaço como relação entre lugares e o espaço formado pelas relações sociais constituíam, simultaneamente, o plano teórico-epistêmico de Harvey. Tanto as noções kantianas de espaço-continente e de espaço-conteúdo quanto as newtonianas de espaço absoluto e espaço relativo permaneciam em voga na geografia, mas, agora, por intermédio das totalidades e das estruturas.

Armando Corrêa da Silva (1982a, 1986b, 1988), a partir de então, propôs fundamentalmente uma revisão crítica do estruturalismo operacional do espaço relacional de Harvey para apresentar e problematizar as possibilidades de existência do espaço ontológico, ausente nas discussões até então levantadas. O racionalismo de Harvey, amplamente discutido em *O conceito de espaço em David Harvey – implicações ontometodológicas*, de 1978, autorizou a permanência, na geografia, do método analítico de síntese, privilegiando, assim, uma parte do todo. Daí o espaço relacional de Harvey, ou sua via epistemológico-metodológica, ainda que substituindo a via lógico-metodológica de Hartshorne (1969) – que definia o espaço como a categoria mais ampla ao pensamento do geógrafo, sendo, ao mesmo tempo, possuidora da dimensão universal – apresentar uma profunda dificuldade em tratar da realidade em sua totalidade. Por isso, em diferentes momentos (1979, 1980, 1982a, 1986b, 1988, 1992b), Armando buscou entender a geografia como uma subtotalidade. De acordo com este autor,

> a idéia de subtotalidade é uma transposição, para a dialética, do problema do todo e partes do estruturalismo. É fácil compreender que, tratando do conhecimento em seu conjunto, a idéia de subtotalidade pode justificar a existência de qualquer conhecimento específico: em meu caso, da geografia (SILVA, 1982a: 6).

Esta proposição foi lançada diante dos problemas de uma ciência cujo método não oferecia condições teórico-práticas de se abarcar o todo, mas somente as partes. Na medida em que a ciência geográfica é tida como subtotalidade, os conhecimentos específicos passam a ser privilegiados. Com isso, a subtotalidade, pelo movimento, transforma-se em totalidade na construção epistemológica da ciência geográfica. Ela surge como alternativa epistemológica à tradição fragmentária da geografia. Assim, toda a ideia de inteligibilidade do ser é desmantelada. Quando o espaço é o todo ou o conjunto das singularidades, a totalidade se arruma como projeção escalar e categoria universal. Quanto às particularidades? Armando (1986b, 1988) buscou se debruçar diante destas questões. Foi quando a geografia brasileira conheceu a filosofia marxista de Lukács.

Por intermédio das dimensões do real erigidas por Lukács (1969), o professor Armando (1979, 1980, 1992a, 2000) articulou universal-particular-singular na órbita da subtotalidade, apontando os riscos de se entender o espaço pela totalidade. Em seu lugar, surgiu o projeto pluralista que, pela contradição, tomou o espaço "como sendo internamente articulado por seus elementos componentes" (SILVA, 1986b, p. 45).

Pela subtotalidade, portanto, o espaço das particularidades deu a tônica à discussão epistemológica, retirando o espaço das indefinições e incertezas, e colocando-o, adiante, como um concreto-ontológico. Sendo isto, o espaço como categoria sempre deveria dar conta do real, não somente no universal, mas também no particular e no singular (SILVA, 1979, 1986a, 1992b). A subtotalidade geográfica, por intermédio do trabalho intelectual, permitiria ao ato humano da abstração compreender os elementos concretos que particularizavam o espaço por intermédio do processo cognitivo, partindo da imediaticidade do fenômeno para alcançar o momento estrutural da abstração, por meio da mediação não do ser abstrato – ou do *homo geographicus* –, mas do ser social, histórico (SILVA, 1980,

1988). Em suma, foi esta mesma discussão que levou Armando a pensar, num método particular, a sua ontologia analítica, que dizia respeito a

> (...) um procedimento pluralista e interdisciplinar que consiste em produzir o discurso no momento de pensá-lo como informação e comunicação, capazes de permitir a expressão do significado e do significante, através dos símbolos e sinais (SILVA, 1992a: 132).

O método referido intitulava-se fenomenologia-ontológica-estrutural, e, por meio da comunicação denominada *A aparência, o ser e a forma* (2000), foi que os seus elementos apareceram estruturados de forma arranjada. Este método atravessava toda a Geografia Teórica deste autor e traduzia o modo como o pensamento apreendia o real. No texto em questão, Armando anunciou que a geografia, sob o ponto de vista do conhecimento, podia ser entendida como uma *ideologia do cotidiano*. Isto quer dizer que a apreensão das relações que se projetavam no real ocorria pelo pensamento do ser social movido pelo movimento da *práxis* em sua relação de alteridade com o outro e com o lugar.

No lugar, por onde recai o trabalho social, desvela ao homem o seu aspecto valorativo que, pelas possibilidades orientadas pela subtotalidade, permite ao ser social lançar-se às estruturas constitutivas do espaço. Parecia ser mais urgente, na geografia "crítica" (que estava sendo constituída), identificar as mudanças interiorizadas no próprio espaço geográfico do que concordar com uma mudança histórica, estudada sob este ou aquele objeto. Antes de apontar a pluralidade de olhares epistemológicos e ideológicos, era preciso identificar, longe dos preceitos de um ou de outro, a maneira como o ser se colocava no espaço. Não bastaria ressaltar que o espaço era a feição mais fiel da empiria do tempo, que transformava as suas bases e os seus conteúdos, bem como ressaltara Kant. Quanto ao movimento? Em que lugar se inseria o ser? O problema ontológico antecedeu a escolha de categorias e conceitos.

Embora Kant tivesse sido lido pelos geógrafos clássicos e modernos, a análise do algo empírico continuaria sendo definida pelas formas aristotélicas do pensamento dicotômico (SILVA, 1988; 2000). A geografia permanecia sendo uma ciência de síntese, numa reprodução analítica de comparação entre diferentes espaços e na produção de subespaços. Quanto à totalidade do espaço? Segundo Armando, "o conhecimento moderno e contemporâneo relacionado à visão liberal do mundo é fragmentado por definição" (SILVA, 1988, p. 6).

Desse modo, sendo ou não reflexo da recusa dos geógrafos em se voltarem à dialética histórica de Hegel, a geografia necessitaria superar a dicotomia espaço-tempo à luz do protagonismo do movimento. Isto porque, a partir daí, seria possível compreender não a permuta do objeto científico à maneira do sistema de sobreposições de categorias kantianas e a hierarquização entre os conceitos em Aristóteles, mas a permanência do movimento, e, também, identificar o que permanecia na mudança. E, com isso, a constituição do próprio ser social e a primazia do primado ontológico do espaço, numa organicidade existencial própria das possibilidades oferecidas pela ontologia. Isto traduz, em síntese, o esforço do geógrafo de superação do "impasse aristotélico-kantiano" (SILVA, 1979, 1988), aquele cujo ímpeto retira do ser social qualquer possibilidade de manifestação de sua abstratividade em movimento e em relação e constrange um projeto voltado verdadeiramente à construção de uma geografia social (SILVA, 1991).

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que a ontologia do espaço é uma reflexão que se abre às possibilidades de um conhecer capaz de instruir o ser social do conhecimento para além das fronteiras classificatórias e hierarquizantes oferecidas pela ciência geográfica. Armando Corrêa da Silva buscou romper com a tradição metafísica ao propor o desvelamento da questão do ser do espaço. Esta mesma ontologia emergiu como horizonte das qualidades da comunicação (SILVA, 1979). Dito de outro modo, ela

surgiu para mediar, por meio do pensamento, a aparência e a forma, ou os elementos oferecidos pelo fenômeno e pela estrutura, configurando-se como um "procedimento [que] descongela as categorias e os conceitos" (SILVA, 2000, p. 10). Comunicar, portanto, é dar sequência a um processo de manifestação da existência, daí este autor entender que cada categoria da ciência geográfica era correlata a um nível particular do entendimento do real pelo ser social.

O trabalho intelectual angariado pelo ser social abstrai, pela elitrição, a estética imediata da paisagem, direcionando-se até o neoestético. Chega-se, então, ao lugar. Da paisagem ao lugar ou da forma fenomênica ao suprassensível, a ontologia se completa. A elitrição é um projeto neoestético, cujo objetivo é questionar a fixação do concreto na forma estético-estática (leia-se: paisagem apartada do movimento histórico), dirigindo-se a um conteúdo que não se vê, mas que se compreende pelo código científico. E, como toda ciência possui um objeto de estudo, a ciência geográfica também possui o seu, mas formulado de modo a dar conta do movimento. Disso se busca, então, o "espaço-a-viver", onde o movimento das abstrações retira a imobilidade dos conceitos e das categorias que a determinação científica imputou. De modo mais enfático, a elitrição é uma relação suprassensorial e, por isso, se afirma como uma das múltiplas indeterminações, ou seja, abstração que se põe anteriormente à necessidade na determinação. Antes desse momento, a consciência humana elege os recursos de apreensão das possibilidades partindo do nada, do vazio.

Mediante isto, é possível depreender que a essência do espaço, para Armando, ia além da fixação e da mobilidade. O movimento da natureza e dos homens é um processo indispensável à construção histórica, por isso, este autor se aproximou do movimento da capacidade cognitiva do ser social. Para Armando, o real se revelava na concretude, nas seguintes possibilidades: no concreto (na subjetividade-objetividade) ou abstrato, sem

dicotomizá-los, pois a forma é o produto da abstração lógica (ou "segunda abstração"); e na "primeira abstração", partindo do nada, projetando o real como uma imagem e como um imaginário, este sendo apreendido pelo pensamento teórico a partir da representação. Sobre isto, ele discorreu que "pensar a representação é dar concretude às idéias; é transformá-la, de dado exterior, sensível, em elemento interno ao pensamento" (SILVA, 2000, p. 22). É uma irrealização frente à idéia concreta, na materialidade, mas uma possibilidade de ser no "espaço-a-viver" (p. 22).

Em suma, a intenção de Armando Corrêa da Silva em descerrar as estruturas ideológicas de outros tempos na geografia "crítica" assumiu a condição crítica e teórica e se apresentou como um novo projeto que, em parte, ultrapassava o debate epistemológico para desembocar numa ontologia do ser geográfico por intermédio de sua Geografia Teórica que, de acordo com o próprio autor, "põe-se como a contrapartida dialética necessária da crítica da geografia empírica, concreta ou abstrata" (SILVA, 1982b, p. 18).

Não há dúvida de que Armando Corrêa da Silva introduziu, na geografia, agendas de pesquisa seminais à renovação e aos seus desdobramentos, nas décadas seguintes. Além de ter sido o primeiro geógrafo brasileiro a tratar do tema da ontologia em geografia, foi, concomitantemente, o primeiro a dialogar com Lukács. No entanto, isto não foi suficiente para evitar inconsistências na relação entre os pensadores. Os elementos a seguir poderão ajudar o leitor a compreender tal assertiva.

O primeiro elemento que precisa ser explicitado diz respeito ao perceptível diálogo entre Armando e David Harvey. As críticas que Armando dirigiu a este geógrafo anglo-saxão não eliminaram as pontes teórica e ontológica que os ligavam. O conceito de espaço relacional, responsável pelo amadurecimento do "giro espacial", foi o ponto de partida para o processo de construção

da Geografia Teórica de Armando, e, além disso, a teoria das mônadas, de Leibniz, trazida por Harvey, serviu de referência a este mesmo projeto do pensamento armandiano, visto que ela "identifica as categorias e conceitos geográficos e os mostra à percepção na superfície da terra, como lugar em si e lugar de ocorrência e manifestação" (SILVA, 1982a, p. 6).

Tal diálogo não pode ser visto como mera afinidade intelectual, mas, sim, como apropriação e uso de um discurso ontológico, ontometodológico ou, ainda, "onto-socio-lógico". A proposta que Harvey apresentou em *Justiça social e a cidade*, no início da década de 1970, recaiu na urgente tarefa de se compreender a natureza do espaço. Tal questão abriu caminho para a pesquisa geográfica em direção à ontologia do espaço, e não propriamente à ontologia do ser social.

O segundo elemento tem a ver com a natureza existencialista e fenomenológica do método fenomenologia-ontológica-estrutural, de Armando. Por detrás de sua estrutura, estão Sartre e Heidegger. Ao se debruçar sobre a questão do nada e ao afirmar que este "pode ser pensado como o não-ser" (2000, p. 8), Armando chamou a atenção para a espacialidade relacional que este mesmo "nada" possuía. O autor insistiu, aqui, na introdução das relações e do movimento no debate geográfico. Este foi um ponto claro em que Armando apresentou sua filiação ao existencialismo sartriano, a partir de sua teoria da nadificação e das estruturas cognitivas do homem (SARTRE, 1997). De um modo geral, tanto o existencialismo quanto a fenomenologia faziam parte de um projeto maior de elaboração de uma disciplina: a Geografia Teórica. Falamos disso há pouco.

Para tal empreitada, Armando caminhou por diferentes referenciais, tais como: o espaço relacional de Harvey, tendo como base a teoria das mônadas de Leibniz; Kant e a dualidade "razão pura"-"razão prática"; a dialética de Hegel; o materialismo histórico-dialético de Marx; a noção de ciências idiográficas e nomotéticas de Windelband; a filosofia analítica de Wittgenstein; a

teoria da percepção e a teoria do fenômeno, em geral, vindas da fenomenologia; a questão do sujeito e do objeto existenciais, vinda do existencialismo; e as noções de estrutura e sobredeterminação, vindas de Althusser, "mas separando o positivista do filósofo dialético" (SILVA, 1982a, p. 81). E o fez, segundo ele mesmo, sem elitismo nem ecletismo, justificando:

> Não há elitismo, na posição. Essa teoria do conhecimento está tornando-se necessária. Não há, também, ecletismo, porque não há mistura nem arbitrariedade no tomar dessas posições elementos para análise, articulando-os numa ontologia especial. Por isso, a análise de que lanço mão é, basicamente, a análise ontológica (SILVA, 1982a: 81).

O uso do pluralismo, ao mesmo tempo em que permitiu ao professor Armando produções distanciadas do marxismo dogmático, possibilitou também uma nova forma de relacionamento com outras vertentes do conhecimento. A sua teoria plural ousou e contribuiu para uma autoavaliação, bem como para a inscrição, na geografia, de uma prática bem comum entre os intelectuais comunistas da época: a leitura e o estudo da estética marxista. Mas a leitura que fez da estética não revelou a intenção de introduzi-la na geografia, tampouco lhe deu condições de lutar a favor do renascimento do marxismo. No pensamento armandiano, a estética serviu apenas para a recuperação da categoria da particularidade, sem a necessária articulação com a ontologia de Lukács.

A propósito, em seus estudos, a ontologia lukacsiana foi simplesmente negada, conforme se verifica na passagem a seguir: "a ontologia clássica, por exemplo, aquela de Lukács e N. Hartman[n], não dá conta da forma real e da forma aparente" (1997, p. 2). Tal postura, incitada pelo projeto armandiano de se revelar geograficamente a questão do sujeito frente ao "impasse aristotélico-kantiano", levou-o a se afastar da ontologia lukacsiana para enfrentar a questão nos campos da ontologia heideggeriana e da fenomenologia de Sartre (BERNARDES, 2012).

Armando se voltou a Heidegger justamente no momento em que perseguia uma forma analítica que pudesse abranger, no lugar de uma ontologia regional, a ontologia fundamental. E a sua aproximação com Heidegger se explicaria, como apontou Bernardes (2012), por três razões: a primeira, há pouco destacada, diz respeito à pretensa fragilidade da ontologia clássica em investigar as formas real e aparente, como encontradas em Lukács e Hartmann; a segunda faz referência ao afastamento de Armando da taxonomia de Aristóteles, principal responsável pelo "impasse aristotélico-kantiano" que ele tanto denunciara; e o terceiro faz menção ao solipsismo de Husserl e ao olhar que se dirige mais ao fenômeno e menos ao concreto, postura que não produz efeitos qualitativos na geografia. Ainda sobre o olhar pluralista e as filiações teóricas de Armando, indicou-nos o professor André Roberto Martin que

> Armando não se intimidará diante do problema [a questão sobre o sujeito] e mobilizará todo o arsenal metodológico disponível no "mercado das ideias" para tentar uma resposta à sua pergunta, que poderia ser entendida, no sentido aristotélico, como metafísica. Assim, resumindo, se a ontologia lukacsiana que absorvera de José Chasin lhe permitira, de um lado, diagnosticar a essência da crise da Geografia, colocando-o em pé de igualdade no debate teórico dessa ciência com nada menos que Yves Lacoste, David Harvey, Milton Santos e Massimo Quaini, por outro lado, o próximo desafio – a análise do "sujeito" – lhe imporá uma interlocução incontornável com a fenomenologia, o existencialismo e a pós-modernidade. Poucos intelectuais com uma longa filiação marxista estariam dispostos a abraçar tarefa de tal magnitude, e com tanto despojamento. Armando Corrêa foi um deles (MARTIN, 2004: 19).

Há ainda um terceiro elemento. Nos textos em que Armando se propôs a estudar a ontologia em geografia, nenhuma referência foi feita ao manuscrito *Para uma ontologia do ser social* (a Grande Ontologia), tampouco à introdução a este, intitulado *Prolegômenos a uma ontologia do ser social* (a Pequena Ontologia), redigido após o manuscrito e animado pelas críticas feitas em debates pelos discípulos de Lukács da Escola de Budapeste. Estes

manuscritos, fundamentais para o renascimento do marxismo, não eram estudos desconhecidos pelos intelectuais brasileiros. Inclusive, uma tradução para a língua portuguesa (não realizada), liderada por Lya Luft, havia sido pensada por José Chasin, na década de 1980, época em que era editor da Editora Ensaio (LESSA, 2011).

Os elementos apresentados nos convidam a afirmar que Armando, apesar de ter sido o responsável pela introdução de Lukács na geografia brasileira, não chegou a desenvolver uma teoria geográfica sobre a ontologia marxista. O sentido de ontologia marxista, pelo menos aquele revelado por Lukács, passou ao largo de suas reflexões.

O único geógrafo a fazer referência à ontologia de Lukács, nos anos iniciais da renovação da geografia, foi Antonio Carlos Robert Moraes. E encontramos essa introdução em seu segundo artigo acadêmico, intitulado *Em busca da ontologia do espaço*, originalmente publicado em fevereiro de 1979, no primeiro número de *Território Livre*, revista da União Paulista de Estudantes de Geografia (UPEGE). Lukács chegou a Moraes em conversas com José Chasin e com o próprio Armando, uma vez que este foi o seu orientador tanto no mestrado quanto no doutorado, na USP. Mas o seu estudo do pensamento lukacsiano tomou rumos autônomos.

Da ontologia do espaço à ontologia do ser social: a centralidade do pensamento lukacsiano em Antonio Carlos Robert Moraes

Após ter sido conteúdo e tema de diversas discussões, o referido artigo de Moraes teve um destino incomum, conduzido pelo próprio autor: o esquecimento. A autocrítica feita por Moraes o levou a reavaliar as bases teóricas que tendiam a confirmar uma possível ontologia do espaço. Sobre isso, ele declarou:

> (...) na verdade, eu acho, dentro dos meus parâmetros de pensamento, que eu evolui de uma posição que buscava uma ontologia do espaço (nesse sentido, tinha uma visão um pouco sensualista do espaço) para uma visão de realmente

> buscar a ontologia do ser social com a sua espacialidade, o que definitivamente não é a mesma coisa. (...) Quer dizer, a ontologia é a ontologia do ser social, e essa ontologia do ser social comporta uma espacialidade pelas relações necessárias que essa sociedade para se reproduzir tem com a sua base espacial (informação verbal).[1]

Antes de criticar e pôr em dúvida a possibilidade de existir uma ontologia do espaço, anos após a publicação do artigo, Moraes justificou a sua filiação a Lukács ao apresentar uma proposta que pudesse enfrentar questões relativas ao espaço, voltando-se à perspectiva materialista e dialética. As questões que o levaram a ensaiar uma saída ontológica orbitavam em torno do reducionismo do objeto ao fenômeno (o espaço aparecendo como algo dado e determinado por leis gerais), do problema sobre o recorte orquestrado pelo positivismo, da natureza do objeto (da busca pela essência do espaço) e do problema da autonomia do espaço (elevando-se a sujeito). Tais preocupações lhe serviram para identificar, no discurso marxista da época, uma ausência grave da análise histórica concreta concernente ao espaço profundamente envolvida pela estrutura lógica tanto de Kant quanto de Leibniz (teórico fundamental para Harvey e para Armando).

Com exceção de Milton Santos e David Harvey, segundo Moraes, a geografia de orientação marxista pouco sucesso obteve no enfrentamento ao positivismo. Há razões que explicam tal deficiência, quais sejam: a pouca e insuficiente compreensão acerca da especificidade do espaço e o modo como o atingimos/apreendemos como objeto de estudo, e a ineficiente aproximação com a metodologia e a teoria do pensamento marxista. Foi nesse contexto que Lukács surgiu como alternativa metodológica para Moraes. Este autor justificou a sua escolha teórica explicando que Lukács refletiu

[1] Trecho da comunicação proferida pelo professor Antonio Carlos Robert Moraes, no debate intitulado "Milton Santos e o papel ativo da geografia", realizado no Anfiteatro de Geografia da Universidade de São Paulo, no dia 04 de outubro de 2000.

> (...) sobre as questões gerais (de método e concepções) (...), explicitamente a possibilidade de se estudar os seres individualizados, de existência e formas de manifestação específicas. Lukács chega a esta problemática ao tentar apreender a especificidade do fato estético; embrenhando-se no tecido da reflexão marxista, elucida pontos fundamentais da dialética sujeito-objeto (MORAES, 1982: 68).

Além disso, para Moraes, "Lukács, ao propor uma base ontológica para o conhecimento científico, possibilita o estudo dos objetos em sua individualidade sem cair na autonomização positivista" (1982, p. 71). Esta introdução da dialética na geografia via Lukács, ao mesmo tempo em que demonstrou a validade de se investigar o tema da ontologia em nosso campo disciplinar, denunciou a vaguidade no trato dado por geógrafos marxistas à análise social do espaço, como no caso do "marxismo eclético" do geógrafo mexicano P. Bertoquy.

É interessante o percurso teórico de Moraes, flagrado no artigo em exposição: ele leu o livro de Lukács, *Existencialismo ou marxismo*, o escrito "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem", redigido no início de 1968 para uma conferência e baseado na Grande Ontologia (que, na época, ainda não havia sido terminada), "Trabalho e teleologia" (capítulo retirado de *Ontologia do ser social*) e o ensaio "Marx e o problema da decadência ideológica", publicado no livro *Marxismo e teoria da literatura*. Apesar de ter tido um contato preambular com *Ontologia do ser social*, de Lukács, num primeiro momento, Moraes, de modo ensaístico, trouxe consigo a categoria trabalho, central na composição teórica de Lukács e do próprio Marx. Inclusive, voltou-se ao pensamento marxiano para compreender o intercâmbio entre o ser social e as naturezas inorgânica e orgânica.

Tal tarefa o acompanhou em escritos posteriores, particularmente nos estudos em que buscou discutir a ideia de *valorização do espaço* e o processo de formação territorial, num movimento metodológico inspirado no materialismo histórico-

dialético, de um modo geral, e nas bases do trabalho fundante de Marx. A propósito, em seu último ensaio publicado, o Lukács da estética reapareceu-lhe como fonte teórica. A categoria da particularidade, antes empregada por Armando Corrêa da Silva, nos anos anteriores, foi então reintroduzida por Moraes (2014), embora já tenha dela se utilizado para, junto ao corte ontológico e ao trato sobre as formas da materialidade, formalmente apresentar uma proposição teórica de construção de uma teoria marxista da geografia (MORAES; COSTA, 1987).

Considerações finais: ontologias e seus desdobramentos

As obras da maturidade tardia de Lukács circularam, de forma influente, no pequeno texto de Antonio Carlos Robert Moraes (SILVA, 1983). Em escritos posteriores, o filósofo húngaro reapareceu como fonte primária na composição teórica deste geógrafo, mediada pela *Ontologia do ser social*.

Em Armando, Lukács apareceu como instrumental teórico necessário para, entre outras coisas, adensar críticas ao estruturalismo althusseriano. Mas esta insertação provocou alguns impasses na arrumação teórica do geógrafo – foi quando Lukács se ausentou do pensamento armandiano. Basta olharmos os referenciais utilizados para construir a proposta da Geografia Teórica. Além de Lukács não aparecer como intelectual relevante ao debate, outros ganharam centralidade, como foi o caso de Althusser. Aliás, a aproximação de Armando com o estruturalismo precisa ser devidamente estudada, principalmente em sua relação com o método fenomenologia-ontológica-estrutural, que, conforme sinalizou Martin, "ainda soa um tanto estranha e paradoxal" (2014, p. 25).

Ambos os geógrafos abandonaram os estudos sobre a ontologia do espaço, e o fizeram no momento em que Milton Santos deixou de resistir ao tema, com a publicação de seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, na segunda

metade da década de 1990. Outros geógrafos brasileiros, inclusive orientandos de Armando, também se inseriram no debate. Falamos aqui de Ruy Moreira e Élvio Rodrigues Martins, que não só retrabalharam alguns aspectos da geografia do professor Armando, recuperando-a, como também reintroduziram Lukács nas discussões geográficas.

Os estudos sobre a "Geografia da sociedade do trabalho", angariados por Ruy Moreira, nos últimos anos, ilustram satisfatoriamente essa reaproximação que, vez ou outra, se dá de forma indireta, mas que jamais se desvencilha da forte inspiração lukacsiana ou marxiana pela via da centralidade do trabalho e do metabolismo homem-natureza. É o que se pode verificar, por exemplo, em *A (geografia da) sociedade do trabalho* e em *Sociabilidade e espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências).*

Élvio Martins, por sua vez, tem conduzido um trabalho centrado na ontologia em geografia, tanto no ensino, lecionando na pós-graduação a disciplina "Ontologia e epistemologia em geografia" (em que a leitura de textos lukacsianos tem sido realizada), quanto na pesquisa, publicando artigos relativos ao tema, tais como "Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser" e "As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva", e, ademais, também coordenando o projeto "Fundo Armando Corrêa da Silva", que busca "conservar, recuperar e publicar os textos inéditos do nosso autor" (MARTIN, 2014, p. 14).

Referências bibliográficas

BERNARDES, A. H. *Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta: contribuição à epistemologia em geografia*, 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

BUZZI, A. R. *Introdução ao pensar: o ser, o conhecer, a linguagem*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FREDERICO, C. "A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade". In: MORAES, J. Q. de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Volume 2: Os Influxos Teóricos, 1995.

HARTSHORNE, R. *Questões sobre a natureza da geografia*. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.

HARVEY, D. *Social justice and the city*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

LUKÁCS, G. "Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível". São Paulo: Boitempo, 2010. Resenha de: LESSA, S. "Prolegômenos para uma ontologia do ser social" [Gyorgy Lukács]. *Crítica Marxista*, n. 32, p. 175-177, 2011.

_____. "A autocrítica do marxismo". In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24-25 ago. 1969. Caderno Especial, p. 5. Entrevista concedida a Leandro Konder.

MARTIN, A. R. "Armando Corrêa da Silva e a 'geografia do futuro'". In: MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (orgs.). *Dicionário dos geógrafos brasileiros*, volume 1. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 13-28, 2014.

MARTINS, E. R. "As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva". In: *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, v. 18, n. 1, p. 40-54, 2014.

_____. "Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser". In: *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, n. 21, p. 33-51, 2007.

MORAES, A. C. R. "Geografia, interdisciplinaridade e metodologia". In: *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

_____; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. "Em busca da ontologia do espaço". In: MOREIRA, R. (org.). *Geografia teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982a.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, R. "A (geografia da) sociedade do trabalho". In: *Terra Livre*, ano 29, v. 1, n. 40, p. 131-142, 2013.

_____. "A renovação da geografia brasileira no período 1978-1988". In: *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. "Sociabilidade e espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências)". In: *AGRÁRIA*, n. 2, p. 93-108, 2005.

_____. "Marxismo e geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias)". In: *GEOgraphia*, ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

PAULO NETTO, J. "Notas sobre o marxismo na América Latina". In: *Novos Temas*, v. 5-6, p. 43-60, 2012.

RAGO FILHO, A.; VAISMAN, E. "A trajetória de J. Chasin: teoria e prática a serviço da revolução social". In: *Verinotio – Revista on-line de educação e ciências humanas*, n. 9, ano V, p. 221-298, 2008. Entrevista concedida a Lúcia A. Valadares Sartório e a Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

_____. "Gênese e significado histórico do Seminário de Marx (1958-1964)". In: XXVII Seminário Nacional de História, 2013, Natal. *Anais do XXVII Seminário Nacional de História*.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, A. C. da. "A aparência, o ser e a forma: geografia e método". In: *GEOgraphia*, ano II, n. 3, p. 7-25, 2000.

_____. "Fenomenologia e cotidiano". In: SILVA, A. C. da. *Geografia e mudança cultural*. São Paulo, 1997 (Apostila preparada para o curso de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH-USP).

_____. "Sujeito e objeto e os problemas da análise". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 71, 1992b.

_____. "Ontologia analítica: teoria e método". In: *Terra Livre*, nº 9, 1992a.

_____. *Geografia e lugar social*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *O espaço fora do lugar*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *De quem é o pedaço? Espaço e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1986b.

_____. "As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico". In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. (orgs.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986a.

_____. "A renovação geográfica no Brasil –1976/1983 (As geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica)". In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 60, 1983.

_____. "Contribuição à crítica da crise da geografia". In: SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982b.

_____. "O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica". In: MOREIRA, R. (org.). *Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982a.

_____. "A subtotalidade geográfica e sua especificidade". In: *Anais do 4º Encontro Nacional dos Geógrafos*, AGB, 1980.

_____. *Cinco paralelos e um meridiano*, 180 f. Tese de livre-docência – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

_____. "O conceito de espaço em David Harvey – implicações ontometodológicas". In: *Anais do 3º Encontro Nacional dos Geógrafos Brasileiros*, AGB, 1978.

TONET, I. "Lukács e as esquerdas brasileiras". In: PINASSI, M. O. (org.). *Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 2002.